

Elfa
Medicamentos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14
Balanço patrimonial	18
Demonstração do resultado	19
Demonstração do resultado abrangente	20
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	21
Demonstração dos fluxos de caixa	22
Notas explicativas às demonstrações contábeis	23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas,

A Administração da Elfa Medicamentos S.A. (“Elfa” ou a “Companhia”) submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2018, a Elfa continuou seu processo de crescimento acelerado, consolidando vendas em importantes mercados do Brasil e sinergias de escala e aquisições realizadas em anos anteriores. Atentos às mudanças de uma empresa que mais que dobrou de tamanho nos últimos 5 anos, revisitamos nossa cultura e remodelamos nosso DNA diante de tudo que praticamos, acreditamos e prezamos.

Como empresa comprometida com nossa gente, entendemos, vivenciamos e multiplicamos nossos princípios, mantendo a organização unida e direcionada em um único objetivo comum. Nossa missão é distribuir um amplo portfólio de produtos e serviços de saúde, agregando valor aos clientes, fornecedores, colaboradores e sociedade, por meio de modelos colaborativos e sustentáveis, construindo conexões estratégicas com os *stakeholders* e tendo excelência em nível de serviço. Na Elfa acreditamos que devemos crescer e evoluir juntos, ter excelência em servir, praticar a inovação produtiva, ter compromisso com o resultado e construir uma sociedade melhor.

Com abrangência nacional, a Elfa está organizada em três canais, trazendo aos clientes e fornecedores oportunidades de evolução no que diz respeito a vendas, atendimento, assistência farmacêutica e inovação:

- Distribuição Institucional: unidade que atende clientes privados e públicos, hospitais e clínicas, possui portfólio diversificado de medicamentos de alto valor agregado em diversas especialidades, tais como, oncologia, imunossupressores e antibióticos, além de um conjunto completo de medicamentos genéricos / similares e materiais médico-hospitalares.
- Varejo: a Prescrita, unidade que atende pessoas físicas e médicos, comercializa produtos e medicamentos de diversas patologias de alta complexidade. Nosso segmento de varejo possui atendentes treinados, lojas para compra física, operações com laboratórios (Operações Logísticas – “OLs”), e-commerce e representantes externos.
- Acesso: unidade que atende os planos de saúde, busca disponibilizar para seus clientes opções de forma a otimizar o atendimento dos pacientes. Neste segmento a Companhia realiza a entrega direta ao paciente final ou ao plano de saúde, que distribui posteriormente aos seus conveniados. Este canal possui assistência farmacêutica e time dedicado para o acompanhamento de performance.

Para fortalecimento do modelo de negócio, implementamos importantes ferramentas de suporte à Gestão, como:

- **Portal Elfa:** para relacionamento online com clientes de forma a agilizar e automatizar os processos na cadeia de fornecimento e vendas da empresa.
- **Rastreabilidade de pedidos:** possibilitou maior visibilidade e previsibilidade de recebimento dos produtos aos clientes.
- **Área de Qualidade:** consolidação da Área com mapeamento de macrofluxos, com fluxogramas relevantes descritos e mais de 250 procedimentos definidos.

Para os próximos anos, acreditamos no crescimento sustentável do mercado de saúde pautado no maior acesso da população brasileira à saúde, envelhecimento da população, desenvolvimento de novas drogas, investimentos de longo prazo na cadeia de saúde e inovações próprias do setor, sendo a Elfa um dos *players* mais relevantes na distribuição de medicamentos de alto valor agregado e adjacentes no Brasil.

GENTE E GESTÃO

Gestão de Pessoas

A Elfa tem sua gente como seu maior patrimônio. Nosso time é formado por uma equipe experiente tanto no setor de saúde quanto em outros ramos de atividade.

A seleção, avaliação e remuneração dos nossos colaboradores são pautadas no exercício contínuo dos nossos valores e cultura, que devem ser percebidos nas nossas atitudes diárias e no relacionamento com clientes, fornecedores, investidores e comunidade.

A Elfa acredita no modelo de meritocracia para reconhecimento da contribuição e valorização de seus colaboradores.

Para posições-chaves, definimos metas e objetivos anuais claros que impactam remuneração variável de curto .

A Elfa conta com mais de 400 colaboradores (base dez/18), incluindo estagiários.

Uma das principais portas de entrada da Elfa é pelo Programa Jovem Talento (programa de estágio), que contou com 850 inscrições em 2018. Os candidatos passaram por 8 etapas eliminatórias entre testes de raciocínio lógico e psicológicos, dinâmicas, painel e entrevistas pessoais, sendo a última etapa uma entrevista com o CEO da Companhia.

Acreditamos que a educação será sempre o melhor caminho para atingirmos um melhor nível de eficiência. No ano de 2018, 35 colaboradores foram contemplados com o Auxílio Educação para graduação, pós-graduação e MBA. Foram 15 novas bolsas de estudo concedidas, segundo os critérios de nossa política interna. Já somamos mais de 15% de colaboradores contemplados com Auxílio Educação desde o início do programa. Contamos também com mais de 2.800 treinamentos online concluídos e quase 1.000 horas de treinamentos presenciais realizados ao longo do ano.

Modelo de Gestão dos Resultados

Com o crescimento acelerado da Elfa nos últimos anos, mostrou-se necessária uma mudança de postura e a adesão aos conceitos de gestão utilizados no mercado.

A área de Qualidade da Elfa foi criada em 2017 com a função de gerir os processos e projetos necessários e suficientes para suportar os objetivos e metas dos investidores. Ainda naquele ano, iniciamos um trabalho de reestruturação de processos através do Sistema de Gestão Elfa (“SGE”) e definição de metas estratégicas alinhadas com a liderança e desdobradas para todo o time por meio de indicadores.

Já, através da Governança de Projetos e Gestão, fundamentamos as bases para a elaboração e a descrição das políticas necessárias para a construção estratégica de nossos processos.

De forma a suportar o crescimento dos resultados, a Gestão da Elfa busca estabelecer critérios de controle e padronização de procedimentos com o desenho de macroprocessos e fluxogramas, e padronização das tarefas críticas, de forma a minimizar potenciais erros.

Os resultados mensais são discutidos em reunião de Resultados e Liderança, que envolve todos os colaboradores da Companhia. Cada Diretoria também realiza sua própria reunião mensal, com a participação de todo time, de forma a monitorar a previsibilidade dos resultados e definir eventuais ações corretivas.

A área de Gestão da Elfa também realiza monitoramento e melhoria de processos no escopo de gestão dos projetos, apresentando eventuais desvios de resultados em relação às metas contratadas, realizando diagnóstico detalhado das causas e definição de planos de ação para correção.

Em 2019, com processos padronizados, integrados, mais eficazes e transparentes, a Elfa se prepara e se fortalece para um novo ciclo de crescimento sustentável e planejado.

AÇÕES SOCIAIS

Na Elfa, acreditamos que o papel de construir uma sociedade melhor é função de todos. Como Companhia responsável e ciente de seus deveres com a comunidade, destinamos o máximo de nosso potencial em Leis de Incentivo para Instituições responsáveis, idôneas e cujos trabalhos convergem com nossa cultura. Sempre buscamos mais do que simplesmente realizar doações: desejamos parceiros a longo prazo, estreitando laços entre nossos colaboradores e o trabalho desempenhado pelas entidades.

O processo para a escolha e a validação das instituições passa por uma criteriosa análise de organizações que possuem atuação em localidades nas quais o Grupo opera, sempre respeitando nossas políticas de compliance para patrocínios e projetos culturais.

A Elfa acredita que ações simples, organizadas e assertivas contribuem para a formação de uma sociedade mais justa.

A seguir são destacadas nossas principais iniciativas:

Canto Cidadão: o projeto Canto Cidadão leva artistas voluntários para ações em hospitais públicos e filantrópicos na cidade de São Paulo desde 2002, tendo beneficiado mais de 3 milhões de pessoas ao longo do tempo. Através da arte, os atores trazem aos locais como salas de espera e quartos, alegria e leveza, mudando a energia do ambiente com músicas, teatro e histórias. Outra frente de atuação dá-se junto aos alunos de escolas públicas, onde crianças e adolescentes tem a oportunidade de assistir peças de teatro na sede do Canto Cidadão.

O Canto Cidadão funciona de forma independente, e o Grupo Elfa é um patrocinador, via Leis de Incentivo, que visa contribuir para que esse projeto se perpetue.

Associação Desportiva para Deficientes (ADD): a ADD desenvolve projetos que facilitam o processo de integração e inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, por meio de práticas esportivas adaptadas e apoio educacional no município de São Paulo.

A Elfa patrocina, via Leis de Incentivo, o Programa de Iniciação ao Esporte Adaptado, um projeto aprovado junto ao Ministério do Esporte que visa proporcionar o desenvolvimento físico motor de crianças com deficiência física e intelectual. O projeto possui como público alvo 100 crianças e adolescentes de 6 a 21 anos de idade, majoritariamente carentes, residentes da Grande São Paulo e ABCD.

Fundo Municipal da Criança de João Pessoa: o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de João Pessoa (PB) capta recursos através de doações de pessoas físicas e jurídicas. O Grupo Elfa colabora com o Fundo, cujos recursos são repassados para entidades sem fins lucrativos que trabalham com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, devidamente cadastradas e aprovadas pelo Conselho Municipal da Criança e Adolescentes. Em 2018, 24 entidades foram beneficiadas com mais de R\$1 milhão, ajudando diretamente cerca de 3 mil crianças e adolescentes.

Lar Torres de Melo: localizado no município de Fortaleza (CE), o Lar Torres de Melo, com mais de 100 anos de existência, é a maior Instituição de Longa Permanência para Idosos do Nordeste do Brasil. Atualmente atende integralmente às necessidades de 220 idosos residentes, oferecendo assistência integral, disponibilizando alimentação, assistência social, moradia e atenção à saúde.

A Elfa ajuda a patrocinar, via Leis de Incentivo, o projeto “Longevidade com Dignidade: Cuidar, Proteger e Promover”, que já levou 3 mil atendimentos médicos por meio de consultas e exames, 55 mil procedimentos de enfermagem pelos cuidadores e técnicos em enfermagem, 21 mil atendimentos nutricionais, de fisioterapia e psicologia e 100 atividades recreativas.

Instituto Constelação: o Grupo Elfa contribui desde 2014 com o Instituto Constelação, localizado na cidade do Recife (PE), que atua com crianças em situação de extrema pobreza, residentes do bairro do Bode, uma das comunidades mais carentes e violentas do estado do Pernambuco. O Instituto visa resgatar a cidadania destas crianças, proporcionando uma perspectiva de futuro, onde as mesmas, desde a entrada no Instituto, são acompanhadas até completarem 18 anos de idade.

McDia Feliz: para o ano de 2018, foi firmada uma parceria muito especial: os recursos da campanha do McDia Feliz passaram a ser destinados também ao Instituto Ayrton Senna, organização não-governamental que há mais de 20 anos trabalha para desenvolver o potencial das novas gerações por meio da educação integral em todas as regiões do País.

O Grupo Elfa distribuiu vouchers para seus colaboradores participarem da campanha. Foi realizada também a doação de tickets para crianças da Casa Pequeno Davi, instituição que lida com jovens carentes do bairro do Roger, comunidade próxima a sede do Grupo em João Pessoa. Ao todo foram distribuídos 1.000 vouchers, cujo valor foi integralmente repassado para o Instituto Ayrton Senna, contribuindo para a ampliação das oportunidades de vida e criação de novos agentes de transformação por todo o Brasil.

Premiações 2018

1. As 1000 Maiores Empresas. Valor 1000. Edição 2018.
2. Melhores Empresas Para Trabalhar 2018, Setor Saúde, Brasil. GPTW.
3. Melhores Empresas Para Trabalhar 2018 Paraíba. GPTW.

INOVAÇÃO

A Elfa e o laboratório farmacêutico Sanofi resolveram investir em um modal de transporte que vem revolucionando o mercado de logística brasileiro: entregas com o uso de drones. Em parceria com a SMX, empresa especialista em desenvolver sistemas aéreos não tripulados, o serviço esteve em fase de testes no curso de 2018 e promete ser uma grande revolução no mercado de saúde.

O diretor de operações da Companhia, Igor Spreafico, afirma que investir nessa tecnologia é de extrema importância e será um ganho para todo o País. “Esse novo modal vai trazer mais agilidade e segurança. Entregar o produto íntegro e na temperatura correta, por exemplo, será um dos grandes diferenciais desse novo sistema”, diz.

De acordo com Roger Vallim, diretor corporativo da Elfa, a empresa possui uma visão de futuro que permite estar sempre à frente de seu tempo pensando em fazer o melhor, não apenas em nível de serviço, mas olhando o paciente, afinal a empresa cuida de vidas. “Quando avaliamos o tamanho do Brasil, há lugares com muita dificuldade de acesso, e com essa tecnologia, esses locais poderão ser atendidos com rapidez e agilidade. Vidas serão salvas e esse é nosso principal objetivo”. Segundo o executivo há muitos locais em que um carro não chega, nem mesmo um avião, pelo custo envolvido. “Esperamos levar esperança para os pacientes e serviço para as instituições que cuidam desses pacientes”, completa Vallim.

Spreafico complementa que além da agilidade, os benefícios serão para o meio ambiente. “Por ser elétrico, o drone não emite gases o que o torna mais limpo. Para nós, a inovação não tem limite. Temos que pensar no impossível. Somente pensando no impossível é que conseguimos buscar inovações, fazer com que o sonho vire realidade assim como estamos fazendo hoje”, afirma.

Ainda de maneira pioneira, com o objetivo de maximizar a eficiência da gestão logística hospitalar e garantir que o hospital aplique esforços apenas em seu *core business*, o Grupo Elfa e o Hospital Sírio Libanês (“HSL”), firmaram parceria por meio de sua recém-inaugurada unidade hospitalar no Distrito Federal (“DF”). Em sua primeira fase, o projeto desenvolverá um estoque avançado do HSL dentro do armazém Elfa no DF, ficando a empresa responsável pela gestão,

movimentação e abastecimento automatizado de produtos, gerando otimização de processos e redução de custos. Os benefícios do projeto são garantir a disponibilidade de produtos e reduzir o capital de giro do hospital, melhorar a qualidade da informação e reduzir valores com perdas e ineficiências.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ano de 2018 foram preparadas em acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As informações contidas e analisadas neste relatório são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, expressas em R\$ milhões, exceto quando mencionado diversamente.

R\$ mm	2018	2017	Δ
Receita Operacional Líquida	1.560,4	1.075,7	45,1%
Lucro Bruto	181,4	117,8	54,0%
<i>% Margem Bruta</i>	<i>11,6%</i>	<i>10,9%</i>	
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(7,4)	0,1	<i>n.a.</i>
<i>PDD / ROL (%)</i>	<i>-0,5%</i>	<i>0,0%</i>	
Despesas Comerciais	(27,7)	(21,5)	29,2%
<i>Despesas Comerciais / ROL (%)</i>	<i>-1,8%</i>	<i>-2,0%</i>	
Despesas Gerais e Administrativas	(94,5)	(68,4)	38,2%
<i>Despesas G&A / ROL (%)</i>	<i>-6,1%</i>	<i>-6,4%</i>	
Outros Resultados	0,9	7,0	-86,7%
EBITDA Contábil	65,8	36,1	82,3%
<i>% Margem EBITDA</i>	<i>4,2%</i>	<i>3,4%</i>	
Resultado Financeiro	(9,7)	(10,9)	-11,6%
Receita Financeira	12,3	4,3	
Despesa Financeira	(21,9)	(15,3)	
Lucro Líquido	47,6	16,8	182,4%
<i>% Margem Líquida</i>	<i>3,0%</i>	<i>1,6%</i>	

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida atingiu R\$ 1.560,4 milhões no ano de 2018, um crescimento de 45,1% comparado ao ano anterior. O incremento de receita se deu tanto em clientes privados quanto

em clientes públicos. Vale ressaltar que a Elfa apresentou aumento de Receita Líquida em todas as categorias de produtos que comercializa, com destaque para medicamentos éticos.

PDD

As despesas com PDD passaram de praticamente nulas em 2017 para R\$ 7,4 milhões em 2018 principalmente em função do reconhecimento de Contas a Receber em atraso de clientes privados.

Despesas Comerciais

As despesas comerciais totalizaram R\$ 27,7 milhões em 2018, um crescimento de 29,2% quando comparado com o número de 2017, explicado por investimentos para suportar o crescimento das nossas vendas e pela aquisição da Majela Medicamentos em dezembro de 2017. Entretanto, em decorrência do aproveitamento de sinergias e de ganhos de escala, as despesas comerciais representaram 1,8% da Receita Operacional Líquida em 2018, proporção inferior ao apresentado em 2017 (2,0%).

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas cresceram R\$ 26,1 milhões em 2018, crescimento explicado pela aquisição da Majela Medicamentos em dezembro de 2017. Da mesma forma ao realizado com despesas comerciais, as despesas gerais e administrativas apresentaram proporção da Receita Operacional Líquida inferior (6,1%) a 2017 (6,4%), decréscimo majoritariamente explicado pelo reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS na linha de frete e embalagens.

Outros Resultados

Os outros resultados foram iguais a R\$ 0,9 milhões em 2018, uma redução de R\$ 6,1 milhões em relação a 2017.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida totalizou R\$ 9,7 milhões em 2018, uma redução de 11,6% decorrente do aumento de caixa e equivalentes a caixa pela captação de recursos por meio da emissão de Debêntures realizada pela Companhia neste ano e cujos recursos serão direcionados ao longo de 2019.

LAJIDA

O LAJIDA consolidado (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ou EBITDA, em inglês) foi de R\$ 65,8 mm em 2018. Mesmo com o aumento das perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber, a margem EBITDA subiu de 3,4% para 4,2% em função do controle de despesas e dos resultados operacionais apresentados anteriormente.

Disponibilidades e Endividamento

R\$ mm	2018	2017	Δ
Dívida Bruta	271,3	136,3	99,0%
Disponibilidades	154,0	86,7	77,6%
Caixa e Equivalentes de Caixa	154,0	86,6	77,8%
Aplicações Financeiras	0,0	0,1	n.a.
Dívida Líquida	117,2	49,6	136,4%

A dívida bruta consolidada da Companhia atingiu R\$ 271,3 milhões no ano de 2018, representando um aumento de R\$ 134,9 milhões (+99,0%) em relação ao ano anterior, principalmente pela captação de R\$ 100,0 milhões das debêntures, marcando o acesso da Companhia ao mercado de capitais, e operações de empréstimos “4131” para financiamento de capital de giro. Encerramos 2018 com 100% da dívida atrelada à taxa DI.

A Elfa finalizou 2018 com saldo de caixa e aplicações financeiras no total de R\$ 154,0 milhões (+77,6%).

GERAÇÃO DE CAIXA

O Fluxo de Caixa Operacional foi negativo principalmente devido ao investimento em capital de giro para suportar o crescimento do nosso negócio, aliado a um aumento da inadimplência do setor público.

COMPLIANCE

Seguindo o compromisso inegociável de ser uma empresa ética e transparente em todas as suas atividades, possuímos um programa de Compliance estruturado e com uma estrutura hierárquica independente da presidência da Companhia.

Caso o funcionário presencie ou tome conhecimento de qualquer atitude que confronte as leis, o código de conduta da companhia, as políticas internas e/ou as diretrizes de Compliance da Elfa, existem 3 canais de contato direto com a ouvidoria. As informações prestadas possuem anonimato garantido e permanecem com o Comitê de Ética, que toma todas as medidas necessárias para proteger o denunciante.

Em 2018 foram realizados, com a coordenação da área de Compliance, treinamentos de Prevenção à Corrupção, Regras de Interação com Agentes Públicos e Parâmetros da Lei de Licitações.

Compliance é um processo de melhoria contínua e, sem dúvida, os resultados são infinitamente melhores se compartilhamos nossas boas práticas com nossos *stakeholders*. Por isso realizamos, em São Paulo, em outubro de 2018, a Mesa Redonda de Compliance da Elfa que contou com a participação de importantes *players* do mercado farmacêutico e com renomados escritórios de advocacia. O resultado foi excepcional e, sem sombra de dúvidas, eleva ainda mais a

confiabilidade do nosso Programa de Compliance, passando a fazer parte da agenda anual da Companhia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conselho da Administração

O Conselho de Administração é responsável pela orientação dos negócios do Grupo Elfa e subsidiárias. Além disso, o Conselho também nomeia os diretores executivos e supervisiona suas atividades.

As decisões do Conselho de Administração ocorrem por meio do voto majoritário de seus membros.

O Conselho é formado por sete membros, eleitos e destituíveis em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme estabelecido no Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia.

O mandato dos membros é de um ano, sendo permitida a reeleição.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão da Companhia responsável pela administração dos negócios sociais em geral e pela prática de todos os atos necessários para sua condução.

A Diretoria Executiva da Elfa é composta por no mínimo quatro membros, sendo o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro, o Diretor de Planejamento Estratégico, o Diretor Comercial e os demais, Diretores sem Designação Específica, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de um ano, passível de reeleição. No atual mandato, nove membros compõem a Diretoria.

Comitês

A Companhia possui dois comitês, de caráter permanente e estatutários, compostos por, no mínimo, 5 membros, nomeados pelo Conselho de Administração.

1. Comitê de Gestão de Riscos e Compliance

O Comitê de Gestão de Riscos e Compliance é composto por 6 membros, sendo 1 Coordenador Independente e 5 membros permanentes. Suas responsabilidades são:

- a. Analisar, avaliar e auxiliar no tratamento dos riscos inerentes às atividades da Companhia;
- b. Revisar e/ou implementar políticas para o Grupo Elfa;
- c. Identificar prioridades relativas aos riscos;
- d. Dar apoio às ações para o tratamento dos riscos e recomendar planos de ação e melhorias de controle;
- e. Reportar ao Conselho de Administração os resultados do processo de gerenciamento dos riscos, sempre que solicitado;

- f. Avaliar as solicitações de alteração da Política de Alçadas e Delegação de Autoridade da Companhia, apresentando suas recomendações; e
- g. Monitorar as exposições de riscos em parâmetros de tolerância previamente definidos pelo Conselho de Administração.

2. Comitê de Ética

O Comitê de Ética é composto por 5 membros efetivos, com mandato de 2 anos, admitida a reeleição, sendo responsável por:

- a. Incentivar, fiscalizar e deliberar sobre a implementação do Programa de Integridade do Grupo Elfa;
- b. Aprovar a realização de treinamentos periódicos do Programa de Integridade a todos os integrantes e colaboradores;
- c. Criar e rever normas, procedimentos e políticas internas;
- d. Analisar comunicações enviadas por meio dos canais de comunicação previstos no Código de Conduta do Grupo Elfa, ou que cheguem por qualquer outro meio;
- e. Conduzir investigação dos casos fundamentados de infração ao Código de Conduta ou às normas, políticas e procedimentos internos relacionados ao Programa de Integridade do Grupo Elfa;
- f. Deliberar pela contratação de assessoria externa e independente para auxiliar na condução das investigações, caso entenda necessário;
- g. Deliberar sobre os relatórios de investigação e elaborar a respectiva proposta de sanção aplicável;
- h. Deliberar sobre outras ações corretivas necessárias ao aprimoramento do Programa de Integridade do Grupo Elfa;
- i. Reportar ao Conselho de Administração da Companhia as ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Integridade do Grupo Elfa.

A Companhia possui também comitês de assessoramento do Conselho de Administração, não estatutários, compostos por Diretores e Gerentes, dentre eles:

Comitê Comercial

O Comitê Comercial é composto por toda a liderança Comercial, pelas Gerências Regionais, pela Liderança da área de Vendas Internas e pela área de Inteligência Comercial. Os principais objetivos deste Comitê são:

- a. Alinhar as principais informações de outras áreas que impactam a área Comercial;
- b. Realizar o monitoramento e acompanhamento de processos e projetos desenvolvidos pela área Comercial;
- c. Acompanhar a apuração de metas, resultados etc.

Comitê de Perdas

O Comitê de Perdas é composto por um time multifuncional, área de Compras, Comercial, Precificação, Qualidade e Logística. Seu principal objetivo é realizar a identificação de oportunidades pautada em ações comerciais viáveis, alinhadas a preços competitivos, e acompanhar a execução dos planos de ação definidos.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CMV nº 381/2003, a Elfa informa que os auditores independentes – KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) – não prestaram durante o ano de 2018 serviços que não os relacionados à auditoria externa.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria da Elfa declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Agradecimentos

A administração da Elfa agradece aos seus clientes, acionistas, fornecedores, sociedade, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada, e aos seus colaboradores pela dedicação e empenho, responsáveis, em grande parte, pelos resultados alcançados.

Brasília, 5 de abril de 2019.



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Administradores e Acionistas da
Elfa Medicamentos S.A.
Brasilia - Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elfa Medicamentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elfa Medicamentos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável de ágios por expectativa de rentabilidade futura originados em combinações de negócios

Veja a Nota 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme divulgado na notas explicativa 14, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía registrado em seus ativos intangíveis consolidados, ágio pago por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 103.516 mil originado na aquisição de negócios. Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável. Este processo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.</p> <p>Consideramos o teste anual de <i>impairment</i> como um dos principais assuntos de auditoria devido ao alto grau de subjetividade e complexidade nas premissas e cálculos envolvidos, bem como, pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro da unidade geradora de caixa na qual o ágio foi alocado. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de redução ao valor recuperável, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na sua determinação. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo do ativo intangível relacionado ao ágio gerado em combinação de negócios, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de março de 2019, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 5 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7



Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC SP-220026/O-3



Adriana Rodrigues Pereira da Silva
Contadora CRC PE-017400/O-8

Elfa Medicamentos S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	9	102.684	54.949	154.039	86.623
Aplicações financeiras		-	-	-	122
Contas a receber de clientes	10	206.560	172.265	379.357	351.352
Estoque	11	112.099	83.603	176.829	173.636
Tributos a recuperar	12	13.447	6.969	22.317	14.083
Imposto de renda e contribuição social		12.277	9.099	17.706	11.837
Outros créditos		18.102	9.931	24.616	14.639
Total do ativo circulante		465.169	336.816	774.864	652.292
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras		96	198	127	227
Partes relacionadas	15	-	3.302	-	-
Outros créditos		3	-	1.939	3.664
Adto. para futuro aumento de capital - AFAC		11.690	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	13.301	10.268	29.772	14.812
Imobilizado		10.575	6.072	13.976	8.633
Investimentos	13	393.580	288.852	-	-
Intangível	14	38.260	41.163	180.554	178.998
Total do ativo não circulante		467.505	349.854	226.368	206.334
Total do ativo		932.674	686.670	1.001.232	858.625
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	16	171.720	157.063	275.436	312.332
Empréstimos e financiamentos	17	137.542	53.945	137.542	61.723
Debentures	18	15.356	-	15.356	-
Obrigações trabalhistas		3.424	5.925	4.735	8.977
Tributos a recolher		5.807	5.720	9.101	11.468
Dividendos a pagar		452	680	452	680
Outras obrigações	19	11.252	41.527	18.289	46.128
Total do passivo circulante		345.553	264.860	460.911	441.308
Não circulante					
Debentures	18	85.700	-	85.700	-
Tributos a recolher		1.481	1.634	2.145	2.778
Outras obrigações	19	32.768	43.524	33.049	43.911
Partes relacionadas	15	47.745	7.070	-	9
Provisão para contingências	20	-	-	-	1.037
Total do passivo não circulante		167.694	52.228	120.894	47.735
Patrimônio líquido					
Capital social	21	312.016	306.620	312.016	306.620
Reserva de capital		48.626	48.626	48.626	48.626
Reservas de lucros		56.085	11.636	56.085	11.636
Total do patrimônio líquido		416.727	366.882	416.727	366.882
Recursos para aumento de capital		2.700	2.700	2.700	2.700
Total do patrimônio líquido e recursos para aumento de capital		419.427	369.582	419.427	369.582
Total do passivo e do patrimônio líquido		932.674	686.670	1.001.232	858.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elfa Medicamentos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Notas	2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	22	903.775	708.985	1.560.427	1.075.744
Custo das mercadorias vendidas	23	<u>(801.573)</u>	<u>(627.897)</u>	<u>(1.379.057)</u>	<u>(957.990)</u>
Lucro bruto		<u>102.202</u>	<u>81.088</u>	<u>181.370</u>	<u>117.754</u>
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	23	(16.005)	(11.825)	(27.714)	(21.454)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	10	(4.203)	3.195	(7.404)	132
Despesas gerais e administrativas	23	(60.384)	(59.676)	(94.524)	(68.386)
Resultado de equivalência patrimonial	13	35.031	9.502	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	23	<u>392</u>	<u>8.298</u>	<u>935</u>	<u>7.013</u>
		<u>(45.169)</u>	<u>(50.506)</u>	<u>(128.706)</u>	<u>(82.695)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>57.033</u>	<u>30.582</u>	<u>52.664</u>	<u>35.059</u>
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		11.508	2.929	12.252	4.335
Despesas financeiras		<u>(22.397)</u>	<u>(12.860)</u>	<u>(21.924)</u>	<u>(15.280)</u>
		<u>(10.889)</u>	<u>(9.931)</u>	<u>(9.672)</u>	<u>(10.945)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>46.144</u>	<u>20.651</u>	<u>52.157</u>	<u>24.114</u>
Imposto de renda e contribuição social	25				
Corrente		-	(5.158)	(4.666)	(11.515)
Diferido		<u>1.439</u>	<u>1.356</u>	<u>9.257</u>	<u>4.250</u>
		<u>1.439</u>	<u>(3.802)</u>	<u>4.591</u>	<u>(7.265)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>47.583</u>	<u>16.849</u>	<u>47.583</u>	<u>16.849</u>
Lucro por ação - R\$		0,20	0,07	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elfa Medicamentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	47.583	16.849	47.583	16.849
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>47.583</u>	<u>16.849</u>	<u>47.583</u>	<u>16.849</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elfa Medicamentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social			Reserva de lucros					Subtotal	Recursos para aumento de capital	Total	
	Notas	Subscrito	A intregalizar	Total	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de Incentivos fiscais				Lucros/Prejuízos acumulados
Saldos em 1o de janeiro de 2017		112.001	-	112.001	-	-	-	-	16.438	128.439	-	128.439
Adto para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.700	2.700
Distribuição dos lucros de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-	(21.430)	(21.430)	-	(21.430)
Aumento de capital social:												
Mediante acervo líquido incorporado		194.619	-	194.619	48.770	-	-	-	-	243.389	-	243.389
Em moeda		5.396	(5.396)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	16.849	16.849	-	16.849
<i>Destinação dos lucros:</i>												
Reserva legal		-	-	-	-	1.104	-	-	(1.104)	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(221)	(221)	-	(221)
Retenções de lucros		-	-	-	-	-	10.532	-	(10.532)	-	-	-
Outros		-	-	-	(144)	-	-	-	-	(144)	-	(144)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		312.016	(5.396)	306.620	48.626	1.104	10.532	-	-	366.882	2.700	369.582
Ajuste na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(2.682)	-	-	(2.682)	-	(2.682)
Aumento de capital social:												
Em moeda		-	5.396	5.396	-	-	-	-	-	5.396	-	5.396
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	47.583	47.583	-	47.583
<i>Destinação dos lucros:</i>												
Reserva legal		-	-	-	-	2.379	-	-	(2.379)	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	(452)	(452)	-	(452)
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	-	-	-	44.752	(44.752)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		312.016	-	312.016	48.626	3.483	7.850	44.752	-	416.727	2.700	419.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elfa Medicamentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	47.583	16.849	47.583	16.849
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa:				
Depreciação e amortização	3.075	710	13.132	1.034
Impostos diferidos	(1.439)	(1.356)	(9.257)	(4.250)
Provisão para perdas no valor recuperável	4.203	(3.195)	7.404	(132)
Ajuste a valor presente de contas a receber	1.276	-	2.010	-
Ajuste a valor presente de fornecedores	(2.616)	-	(2.616)	-
Provisão para contingências	-	-	-	1.037
Provisão para perda com estoques	447	3.030	531	6.087
Juros, variações monetárias, líquidas - empréstimos	11.298	9.000	11.145	9.641
Juros, variações monetárias, líquidas - debêntures	2.580	-	2.580	-
Equivalência patrimonial	(35.031)	(9.502)	-	-
Outros	-	-	-	1.270
	<u>31.376</u>	<u>15.536</u>	<u>72.512</u>	<u>31.536</u>
(Acréscimo) decréscimo de ativos:				
Contas a receber de clientes	(45.850)	(52.378)	(50.540)	(160.282)
Estoques	(28.943)	(24.662)	(3.724)	(77.044)
Tributos a recuperar	(11.095)	(2.993)	(14.103)	(6.409)
Partes relacionadas	3.302	21.430	-	9
Adiantamento a sócios	-	(510)	-	21.430
Outros	(13.236)	(5.142)	(13.236)	(11.846)
	<u>(95.822)</u>	<u>(64.255)</u>	<u>(81.603)</u>	<u>(234.399)</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos:				
Fornecedores	14.657	66.171	(36.896)	157.201
Obrigações trabalhistas	(2.501)	3.132	(4.242)	5.231
Tributos a recolher	(66)	8.065	(3.001)	17.877
Outras obrigações	(5.451)	(20.781)	(38.653)	53.366
	<u>6.639</u>	<u>56.587</u>	<u>(82.792)</u>	<u>233.675</u>
	<u>(57.807)</u>	<u>7.868</u>	<u>(91.883)</u>	<u>30.812</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(6.161)	(4.320)	(11.630)
Caixa líquido aplicado (gerado) pelas atividades operacionais	<u>(57.807)</u>	<u>1.707</u>	<u>(96.203)</u>	<u>19.182</u>
Atividades de investimento:				
Aplicações financeiras	102	5.673	222	5.553
Aplicações no imobilizado e intangível	(4.672)	(2.548)	(5.994)	(2.982)
Caixa líquido adquirido sobre aquisição e incorporação	-	40.542	-	40.542
Aporte de capital social nas controladas	(55.247)	(8.329)	-	-
Dividendos recebidos	-	7.070	-	-
Recurso para futuro aumento de capital	(11.690)	(1.700)	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimento	<u>(71.507)</u>	<u>40.708</u>	<u>(5.772)</u>	<u>43.113</u>
Atividades de financiamento:				
Recursos para aumento de capital	5.396	25.250	5.397	25.250
Emissão de debentures	100.000	-	100.000	-
Captação de empréstimos e financiamentos	186.102	52.169	188.752	62.405
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(99.939)	(74.087)	(111.534)	(83.449)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(13.864)	(9.964)	(12.544)	(12.108)
Dividendos pagos	(646)	(21.430)	(680)	(21.430)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	<u>177.049</u>	<u>(28.062)</u>	<u>169.391</u>	<u>(29.332)</u>
Acréscimo no caixa e equivalentes a caixa	<u>47.735</u>	<u>14.352</u>	<u>67.416</u>	<u>32.963</u>
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	54.949	40.597	86.623	53.660
No final do exercício	<u>102.684</u>	<u>54.949</u>	<u>154.039</u>	<u>86.623</u>
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	<u>47.735</u>	<u>14.352</u>	<u>67.416</u>	<u>32.963</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

a. Informações sobre a Companhia

A Elfa Medicamentos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concentrando-se no comércio atacadista de medicamentos de uso humano, com sede em Brasília, no Distrito Federal. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’).

2 Relação de entidades controladas

Veja nota política contábil na nota explicativa 8.1 sobre as políticas contábeis aplicadas à estas entidades.

Segue abaixo lista das controladas relevantes do Grupo.

Controlada diretas:	2018	2017
Prescrita Medicamentos Ltda.	99,99%	99,99%
San Log Distribuidora de Medicamentos Ltda.	99,99%	99,99%
Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda.	99,99%	99,99%
Cristal Pharma Ltda.	98,69%	99,99%
Majela Medicamentos Ltda.	99,99%	100%

- **Prescrita Medicamentos Ltda. (“Prescrita”)**

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada cujo objetivo social é o comércio varejista de produtos farmacêuticos de uso humano e de produtos dermatológicos, podendo utilizar meios eletrônicos para comercialização de seus produtos, em especial, a internet; e a participação societária em outras sociedades, no País e no exterior, com sede em João Pessoa, Paraíba.

- **San Log Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“San Log”)**

Sociedade por quotas de responsabilidade limitada cujo os objetivos sociais são: (i) o comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano; (ii) Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes e peças; (iii) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudança, intermunicipal, interestadual e internacional. Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (iv) Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria. Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares; e (v) Importação e exportação de medicamentos por conta própria ou por ordem de terceiros; (vi) Participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. A San log possui sede em Cabedelo, Paraíba.

- **Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda. (“Cirúrgica JAW”)**
 Sociedade por quotas de responsabilidade limitada cujo os objetivos sociais são: Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano; Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; e representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria, com sede na cidade de Palhoça, Santa Catarina.

- **Cristal Pharma Ltda. (“Cristal”)**
 Sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede em Contagem, Minas Gerais, cujo objetivo social é a importação, exportação e comercialização, por atacado, de drogas, medicamentos e correlatos, de cosméticos e produtos de perfumaria, de produtos de higiene pessoal, de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar, de produtos para nutrição clínica e suplementos alimentares dietéticos e frascos para dietas; e o transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional de produtos próprios.

- **Majela Medicamentos Ltda. (“Majela”)**
 Sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede em Cabedelo, Paraíba, que tem por objetivo social o comércio atacadista, distribuição e exportação de produtos farmacêuticos, hospitalares, odontológicos, correlatos perfumaria, cosméticos, componentes e suprimentos médicos laboratoriais, equipamentos médico-hospitalares, nutrição enteral e parental, saneantes e artigos de uso médico cirúrgico.

3 Aquisição de controladas

3.1 Aquisição da Majela

Em 1º de dezembro de 2017, a sua ex-controladora, San Felice Participações S.A, adquiriu o controle acionário da Majela.

Em 27 de dezembro de 2017, a San Felice Participações S.A. foi incorporada pela Companhia, fazendo com que a Majela se tornasse controlada direta da Companhia.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis de maneira preliminar da Majela na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Valor justo reconhecido na data de aquisição
Ativos	
Contas a receber de clientes	85.257
Estoques	23.151
Intangível - Contratos de distribuição	47.682
Outros ativos	646
	156.736
Passivos	
Fornecedores	(41.959)
Partes relacionadas	(43.740)
Outros passivos	(22.849)
	(108.548)
Total dos ativos identificáveis líquidos	48.188
Ágio na aquisição	64.777
Total da contraprestação	112.965

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O ágio pago de R\$64.777 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor de intangível de R\$47.682 refere-se, principalmente, a avaliação a valor justo dos contratos de distribuição da empresa adquirida. Esses contratos é que dão acesso a adquirente aos produtos (medicamentos) comercializados, ao mercado e, conseqüentemente, aos clientes da região em que a adquirida tem atuação.

Conforme permitido pelo CPC 15 - Combinação de Negócios, a Companhia realizou ajustes na alocação do preço de aquisição referente à: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$8.956; e (ii) obrigação contratual no valor de R\$5.080 liquidada durante o exercício. Esses ajustes, totalizando R\$ 14.036 ajustaram o ágio na aquisição da Majela, resultando em um ágio de R\$78.813.

	Em R\$ mil
Contraprestação da compra Valor apurado de compra (a)	200.000
Ajuste de preço de endividamento líquido (b)	<u>(78.612)</u>
Total da contraprestação	121.388
Ajuste a valor presente sobre prestação assumida	<u>(8.423)</u>
Total contraprestação assumida, trazida a valor presente	<u>112.965</u>

- (a) A San Felice Participações S.A. (incorporada pela Elfa Medicamentos) emitiu à JMV Participações e Gestão de Bens S.A. (ex-sócios da Majela Medicamentos Ltda.) 21.613 ações ordinárias, no valor justo de R\$32.018.
- (b) Em conformidade com o contrato de compra e venda da Majela à San Felice Participações S.A., o preço de compra foi ajustado pela: (i) redução decorrente do endividamento líquido da adquirida no momento do fechamento da compra, no montante de R\$18.937; e (ii) Valor de R\$59.675 decorrente da dívida com os ex-acionistas e com empresas coligadas da Majela.

4 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 04 de abril de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 08.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados.

Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 07.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8.1** - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Notas explicativas 20** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3** - aquisição de negócio.
- **Nota explicativa 26** - instrumentos financeiros; e

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018.

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente a:

- classificação de instrumentos financeiros.
- definição de perda estimada de crédito.

a. CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O grupo não identificou impactos materiais sobre a adoção inicial do CPC 47 visto que já atendia os conceitos da norma no período de transição. Desta forma nenhum ajuste foi realizado com efeitos comparativos.

b. CPC 48 Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Grupo adotou as alterações consequentes ao CPC 26 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, como resultado da adoção do CPC 48 que exige que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros seja apresentada em linha separada na demonstração do resultado.

O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018.

	Consolidado							
	1/1/2018 - CPC 38				1/1/2018 - CPC 48			
	Empréstimos e recebíveis	Títulos ao valor justo por meio do resultado	Títulos mantidos até o vencimento	Custo amortizado	Custo amortizado	Títulos ao valor justo por meio do resultado	Títulos ao valor justo através de outros resultados abrangentes	
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	86.623	-	-	-	86.623	-	-	-
Contas a receber de clientes	351.352	-	-	-	347.175	-	-	-
Outros créditos	14.639	-	-	-	14.639	-	-	-
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	61.723	61.723	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	312.332	312.332	-	-	-

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substituiu o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38. Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 reduzam e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 trouxe um impacto negativo de R\$ 2.682 para o Grupo. Este valor foi registrado em contrapartida à reserva de retenção de lucros.

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo.

O Grupo optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração.

Sobre a adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2018 o Grupo estimou que:

- Os novos requerimentos de classificação de ativos financeiros não trouxeram impacto significativo em relação às classificações anteriormente adotadas de acordo com o CPC 38;
- O Grupo não designou ou pretende designar passivos financeiros como valor justo por meio do resultado, sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48.

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
2. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
3. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

a.1 Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.2 Ativos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos

- (a) Ativos financeiros ao custo amortizado: são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.
- (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

- (c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: quaisquer ativos financeiros que não sejam classificados numa das duas categorias acima mencionadas devem ser mensurados e reconhecidos ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no justo valor, também estão incluídos nesta categoria.

a.3 Passivos financeiros

A entidade deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios à qual deve ser aplicado o CPC 15.

8 Principais políticas contábeis

8.1 Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

8.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

8.3 Receita de contrato com cliente

O Grupo adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está descrito na nota explicativa 7.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre a mercadoria ao cliente.

8.4 Benefício a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

8.5 Subvenção governamental

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

8.6 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- variações cambiais líquidas

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

8.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

8.8 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

8.9 Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Contrato de distribuição

Contratos de distribuição são registrados inicialmente ao valor justo e são amortizados ao longo do período do contrato.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Direitos de uso de software	5 anos
Contratos de distribuição	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

8.10 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber é reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos/ e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

O Grupo classificou os ativos financeiros na seguinte categoria:

- empréstimos e recebíveis;

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

8.11 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

Instrumentos financeiros

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias para contas a receber do mercado privado.
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias para contas a receber do mercado do setor público.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de Janeiro de 2018

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

8.12 Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

(ii) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

(iii) *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

8.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

8.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial.

a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O Grupo deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. O Grupo avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- a Companhia e suas controladas não finalizaram o teste e avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudanças até que a Companhia e suas controladas apresentem suas primeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Arrendamentos em que o Grupo é arrendatário

O Grupo reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações das lojas e escritório. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento.

Transição

O Grupo pretende aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) será reconhecido com um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICPC 03.

A administração já avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 06(R2) terão em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, baseando em avaliações realizadas até a data da emissão destas demonstrações financeiras e está resumida a seguir:

Pagamentos mínimos residuais futuros de arrendamentos mercantis operacionais

	Consolidado
Até um ano	2.097
Entre um a cinco anos	<u>2.702</u>
Total	<u><u>4.799</u></u>

Valor presente dos pagamentos residuais futuros de arrendamentos mercantis operacionais (*)

	Consolidado
Até um ano	1.912
Entre um a cinco anos	<u>2.464</u>
Total	<u><u>4.376</u></u>

(*) Foi utilizada a taxa média de financiamento de dezembro/18 de 0,52% ao mês. Consideramos a média de todas as instituições financeiras utilizado internamente pela Companhia e suas controladas.

Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2019 podem ser diferentes, pois a Administração do Grupo não finalizou os testes e a avaliação das novas políticas contábeis e estão sujeitas a alterações até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

b. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	11	6	17	16
Banco conta movimento	17.816	7.506	30.196	23.520
Aplicações financeiras de liquidez imediata	84.857	47.437	123.826	63.087
	102.684	54.949	154.039	86.623

Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, que operam no mercado financeiro nacional, e foram contratadas em condições e taxas de mercado tendo baixo risco de crédito.

Estas aplicações são realizadas substancialmente em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), compromissadas e fundos com rendimentos que variam até 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), progressivamente de acordo com o período que o valor fica nesta conta de investimento.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Clientes privados	166.466	138.931	264.562	281.917
Clientes públicos	65.072	48.143	161.101	93.205
	231.538	187.074	425.663	375.122
(-) Perdas estimadas por redução ao valor recuperável do contas a receber (a)	(23.702)	(14.809)	(44.296)	(23.770)
(-) Ajuste a valor presente (b)	(1.276)	-	(2.010)	-
	206.560	172.265	379.357	351.352

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	149.050	143.251	219.077	269.830
Vencidos até 30 dias	20.426	12.194	36.702	31.121
Vencidos de 31 a 90 dias	17.029	12.055	39.660	29.076
Vencidos de 91 a 180 dias	12.225	6.327	43.095	17.389
Vencidos há mais de 181 dias	32.808	13.247	87.129	27.706
	231.538	187.074	425.663	375.122
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	<u>(23.702)</u>	<u>(14.809)</u>	<u>(44.296)</u>	<u>(23.770)</u>
(-) Ajuste a valor presente	<u>(1.276)</u>	<u>-</u>	<u>(2.010)</u>	<u>-</u>
	<u>206.560</u>	<u>172.265</u>	<u>379.357</u>	<u>351.352</u>

a. Provisão para perdas por redução ao valor recuperável

O Grupo avaliou a perda estimada de crédito conforme requer o CPC 48. Vide nota explicativa 26 para detalhes sobre a mensuração da provisão.

As movimentações na provisão para perda por redução ao valor recuperável dos montantes a receber estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	(14.809)	(18.004)	(23.770)	(21.906)
Aquisição de controladas (i)	-	-	(9.058)	(1.996)
Impacto decorrente do CPC 48	(4.690)	-	(4.064)	-
Constituição	(11.903)	(10.204)	(29.987)	(22.544)
Reversão	7.700	13.399	22.583	22.676
Saldo final	<u>(23.702)</u>	<u>(14.809)</u>	<u>(44.296)</u>	<u>(23.770)</u>

- (i) Conforme mencionado na Nota 3.1, o Grupo reconheceu um ajuste ao balanço de aquisição original da Majela no montante R\$9.058 referente à provisão para o valor recuperável do contas a receber.

b. Ajuste a valor presente

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração realizou ajuste a valor presente sobre o saldo de contas a receber nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado no montante de 1.276 e 2.010, respectivamente. Não houve ajustes em 2017.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias para revenda	111.695	82.585	176.362	172.519
Mercadorias em consignação	<u>1.402</u>	<u>1.570</u>	<u>2.287</u>	<u>2.408</u>
	113.097	84.155	178.649	174.927
(-) Provisão de perdas com estoque	<u>(998)</u>	<u>(552)</u>	<u>(1.820)</u>	<u>(1.291)</u>
	<u><u>112.099</u></u>	<u><u>83.603</u></u>	<u><u>176.829</u></u>	<u><u>173.636</u></u>

A movimentação da provisão para perdas com estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	(552)	(96)	(1.291)	(909)
Aquisição de controladas	-	-	-	(150)
Constituição	<u>(446)</u>	<u>(456)</u>	<u>(529)</u>	<u>(232)</u>
Saldo final	<u><u>(998)</u></u>	<u><u>(552)</u></u>	<u><u>(1.820)</u></u>	<u><u>(1.291)</u></u>

12 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	4.410	5.076	9.390	9.937
Programa de Integração Social - PIS	816	330	1.435	728
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	8.221	1.427	11.492	3.284
Outros	<u>-</u>	<u>136</u>	<u>-</u>	<u>134</u>
	<u><u>13.447</u></u>	<u><u>6.969</u></u>	<u><u>22.317</u></u>	<u><u>14.083</u></u>

13 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo de investimentos:

	2018					
	Prescrita	San Log	Majela	Cirúrgica JAW	Cristal Pharma	Total
Investimentos em controladas:						
Participação no valor contábil do patrimônio líquido das investidas	24.315	(541)	132.246	93.195	51.776	300.991
	24.315	(541)	132.246	93.195	51.776	300.991
Ágio por rentabilidade futura (goodwill)	-	-	78.813	5.207	8.569	92.589
	<u>24.315</u>	<u>(541)</u>	<u>211.059</u>	<u>98.402</u>	<u>60.345</u>	<u>393.580</u>
	2017					
	Prescrita	San Log	Majela	Cirúrgica JAW	Cristal Pharma	Total
Investimentos em controladas:						
Participação no valor contábil do patrimônio líquido das investidas	10.775	(352)	107.442	60.718	31.716	210.299
	10.775	(352)	107.442	60.718	31.716	210.299
Ágio por rentabilidade futura (goodwill) (Nota 3)	-	-	64.776	5.207	8.569	78.553
	<u>10.775</u>	<u>(352)</u>	<u>172.218</u>	<u>65.925</u>	<u>40.285</u>	<u>288.852</u>

b. Movimentação dos investimentos

	2018						2017
	Prescrita	San Log	Majela	Cirúrgica JAW	Cristal Pharma	Total	Total
Saldo inicial	10.775	(352)	172.218	65.925	40.285	288.851	87.143
Aquisição dos investimentos:							
Mediante incorporação reversa	-	-	-	-	-	-	71.419
Intangível - Contratos de distribuição adquiridos (Nota 3.1)	-	-	-	-	-	-	47.682
Aumento do capital social	12.681	116	765	22.153	19.532	55.247	8.329
Equivalência patrimonial	448	(307)	24.482	10.196	211	35.031	9.503
Impacto IFRS 9 em investidas	411	1	(442)	127	317	415	
Ágio por rentabilidade futura	-	-	14.036	-	-	14.036	64.776
	<u>24.315</u>	<u>(541)</u>	<u>211.059</u>	<u>98.402</u>	<u>60.345</u>	<u>393.580</u>	<u>288.852</u>
Saldo Final	<u>24.315</u>	<u>(541)</u>	<u>211.059</u>	<u>98.402</u>	<u>60.345</u>	<u>393.580</u>	<u>288.852</u>

14 Intangível

Controladora				
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
			2018	2017
Vida útil definida:				
Direito a uso de software	3.464	(341)	3.123	2.530
Autorizações especiais	25	(23)	2	25
Contratos de distribuição	27.414	(2.808)	24.606	28.079
	30.903	(3.172)	27.731	30.634
Vida útil indefinida:				
			10.529	10.529
Ágio por rentabilidade futura			10.529	10.529
			38.260	41.163
Consolidado				
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
			2018	2017
Vida útil definida:				
Direito a uso de software	3.894	(360)	3.534	2.828
Marcas e patentes	23	(1)	22	-
Autorizações especiais	25	(23)	2	25
Contratos de distribuição	85.849	(12.369)	73.480	86.750
			77.038	89.623
Vida útil indefinida:				
Ágio			103.516	89.375
			180.554	178.998

A movimentação do ativo intangível encontra-se demonstrada a seguir:

Controladora		
	2018	2017
Saldo inicial	41.163	2.094
Adições:		
Saldo adquirido mediante aquisições e incorporações:	-	-
Softwares	-	564
Autorizações especiais	-	25
Contratos de distribuição	-	28.078
Ágio	-	10.529
Amortizações:		
Softwares	(2.903)	(128)
Saldo final	38.260	41.163

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	178.998	27.610
Adições:		
Softwares	-	170
Outros	-	1
Saldo adquirido mediante aquisições e incorporações:		
Softwares	-	104
Licenças sanitárias	-	572
Contratos de distribuição (a)	-	76.180
Ágio (b)	14.036	75.704
Outros	-	42
Amortizações:		
Softwares	(140)	(140)
Contratos de distribuição	(12.340)	(1.270)
Saldo final	180.554	178.998

- (a) O valor é composto pelo saldo adquirido mediante incorporação reversa da Elfa Administração e Participações S.A. no montante de R\$28.498 e pelo saldo adquirido pela aquisição da Majela Medicamentos Ltda., no montante de R\$47.682 (conforme demonstrado na nota 3.1).
- (b) Em 31 de dezembro de 2017 o valor é composto pelo saldo adquirido mediante incorporação reversa da Elfa Administração e Participações S.A no montante de R\$10.928 e pelo saldo adquirido pela aquisição da Majela Medicamentos Ltda., no montante de R\$64.776 (conforme demonstrado na nota 3.1). Em 31 de dezembro de 2018 refere-se ao ajuste no ágio conforme comentado na nota 3.1.

Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis

a. *Tangíveis e intangíveis com vida útil definida*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para o exercício findo em 2018, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

b. *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 103.516 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 89.540 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

O ágio apurado na aquisição do investimento é testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

c. Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia realizou teste de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis em 2018, por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital (“WACC”). De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 5 (cinco) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, com crescimento igual a inflação de longo prazo, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se se o WACC de 14.91% a.a. (em moeda local nominal, incluindo a inflação).

15 Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativo				
Não circulante				
Prescrita Medicamentos Ltda.	-	1.000	-	-
Cristal Pharma Ltda.	-	1.700	-	-
San Log Distribuidora de Medicamentos Ltda.	-	602	-	-
	-	3.302	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Prescrita Medicamentos Ltda.	2.009	-	-	-
Cristal Pharma Ltda.	-	-	-	-
San Log Distribuidora de Medicamentos Ltda.	917	-	-	-
Majela Medicamentos Ltda	8.764	-	-	-
	11.690			

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Passivo				
Não circulante				
Prescrita Medicamentos Ltda.	2.841	-	-	-
Cristal Pharma Ltda.	1.990	-	-	-
Majela Medicamentos Ltda.	18.364	-	-	-
JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	24.550	7.070	-	-
	47.745	7.070		-
Outras obrigações	-	-	-	9
Outras partes relacionadas	-	-	-	9
	47.745	7.070	-	9
Patrimônio líquido				
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.700	2.700	2.700	2.700
	2.700	2.700	2.700	2.700

As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com condições e prazos pactuados entre as partes previstos em instrumentos contratuais.

Recursos para aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo mantinha R\$2.700 (2017: R\$2.700) em recursos recebidos de seus acionistas com o objetivo de futuro aumento de capital.

Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e não são garantidos outros benefícios como pós-emprego, outros de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$7.294 (2017: R\$1.591).

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores de mercadorias	171.824	156.078	277.463	310.960
Fornecedores de imobilizado	500	104	539	106
Fornecedores de bens de consumo	525	16	575	335
Serviços prestados a pagar	1.487	885	1.936	931
	174.336	157.063	280.513	312.332
Ajuste a valor presente	(2.616)	-	(5.077)	-
Total	171.720	157.063	275.436	312.332

17 Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Em moeda nacional:				
Capital de giro	137.542	53.945	137.542	58.127
Cheque especial	-	-	-	3.595
	<u>137.542</u>	<u>53.945</u>	<u>137.542</u>	<u>61.723</u>

Os empréstimos e financiamentos acima relacionados estão garantidos por cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios de titularidade do Grupo decorrentes da emissão de duplicatas e não possuem cláusulas restritivas.

Instituição Financeira	Moeda	Indexador	Vencimento	Encargos 2018	Encargos 2017
Banco Santander	Real	Pré	20/02/2019	CDI + 1,09% a 1,65% a.a.	135,5% CDI a.a
Banco do Brasil	Real	Pré	18/03/2019	CDI + 1,09% a 1,65% a.a.	CDI + 1,90% a.a.
Citibank	Real	Pré	08/04/2019	CDI + 1,09% a 1,65% a.a.	CDI + 1,93% a.a.
Banco Safra	Real	Pré	13/02/2019	CDI + 1,09% a 1,65% a.a.	CDI + 1,90% a.a.
Banco Itau	Real	Pré	29/01/2019	CDI + 1,09% a 1,65% a.a.	128,4 % CDI a.a
Banco Itau	Real	Pré	07/01/2019	CDI + 1,09% a 1,65% a.a.	CDI + 1,99% a.a.
Banco Itau	Real	Pré	21/02/2019	CDI + 1,09% a 1,65% a.a.	CDI + 1,99% a.a.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é demonstrada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	53.945	75.071	61.723	83.478
Saldo adquirido mediante aquisições e incorporações	-	1.756	-	1.756
Captações	186.102	52.169	188.752	62.405
Juros incorridos	11.298	9.000	11.145	9.641
Pagamento de principal	(99.939)	(74.087)	(111.534)	(83.449)
Pagamento de juros	(13.864)	(9.964)	(12.544)	(12.108)
Saldo final	<u>137.542</u>	<u>53.945</u>	<u>137.542</u>	<u>61.723</u>

a. Garantias

A Companhia tem R\$166.999 em duplicatas de clientes dadas em garantias para os contratos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018.

18 Debêntures

	Taxa de juros	<u>Controladora e Consolidado</u>	
		2018	2017
Em moeda nacional:			
Debêntures	119,0% CDI	100.000	-
Custos a amortizar da dívida		(1.524)	-
Juros incorridos		2.580	-
		<u>101.056</u>	<u>-</u>
Circulante		15.356	-
Não circulante		85.700	-

A Companhia incorreu em despesas diretas na emissão das Debêntures, no montante de R\$1.524, reconhecidas como custos de captação a amortizar reduzindo o valor da dívida.

Características da oferta

Debêntures	<u>1ª. Emissão</u>	
	<u>Simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações</u>	
Tipo		
Série	Primeira (R\$50.000)	Segunda (R\$50.000)
Valor Nominal Unitário (R\$)	1.000	5.000
Quantidade de títulos emitidos	50.000	10.000
Remuneração	119% CDI até 01/08/2019	130% CDI a partir de 01/08/2019
Emissão	01/08/2018	01/08/2018
Vencimento	02/05/2022	01/08/2022

A movimentação das debêntures é demonstrada da seguinte forma:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2018	2017
Saldo inicial	-	-
Captações	100.000	-
Custos a amortizar da dívida	(1.524)	-
Juros incorridos	2.580	-
Pagamento de principal (i)	-	-
Pagamento de juros (i)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>101.056</u>	<u>-</u>

- (i) As debêntures têm carência de pagamento de juros até fevereiro de 2018 e de principal até agosto de 2019.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante de empréstimos e financiamentos da Controladora e Consolidado têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2018
fev/20 a ago/20	28.600
fev/21 a ago/21	28.600
fev/22 a ago/22	28.500
	85.700

b. Termos e cláusulas contratuais

A Companhia está obrigada, devido à emissão de debêntures, a observar a asseguuração de índices financeiros obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA. Vide nota 26 para informações sobre essas cláusulas restritivas.

A Companhia cumpriu com tais cláusulas em 31 de dezembro de 2018.

19 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Parcelas a pagar de aquisições de controladas (a)	42.814	84.417	42.533	84.465
Ajuste a valor presente sobre as contas a pagar pela aquisição de investimentos	(9.764)	(9.764)	(9.849)	(9.849)
Outras obrigações	10.970	10.399	18.654	15.422
	44.020	85.052	51.338	90.038
Circulante	11.252	41.528	18.289	46.127
Não circulante	32.768	43.524	33.049	43.911

(a) Refere-se aos valores remanescentes a pagar ao ex-sócios das suas controladas Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda., Cristal Pharma Ltda e Majela medicamentos Ltda., adquiridas durante os exercícios de 2017 e 2016.

20 Provisão para contingências (Controladora e consolidado)

O Grupo está exposto a contingências de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pelo Grupo leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação do próprio Grupo, amparada na opinião de seus assessores legais.

O Grupo possui também processos de investidas oriundos de períodos anteriores a aquisição pela Elfa que são de responsabilidade dos antigos administradores e estão 100% garantidos e cobertos por parcelas diferidas do preço de aquisição. Por este motivo, a Elfa não provisiona estes processos.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas possuíam processos com risco de perda avaliados como provável no montante de R\$7.476 que estão cobertos por R\$42.533 de Parcelas a pagar de aquisição de investidas (Nota 19).

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas possuíam processos com risco de perda avaliados como possível no montante de R\$ 4.216 (2017: R\$ 7.954).

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado era de R\$ 312.016, representado por 242.875.200 ações ordinárias e sem valor nominal (2017: 242.875.200 ações com valor nominal de R\$ 1,00 cada), com a seguinte composição:

	2018	2017
Acionistas	Ações	Ações
Pátria Brazilian Private Equity Fund IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	214.511.429	214.511.429
Brazilian Private Equity Fund IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	4.735.739	4.735.739
JMV Participações e Gestão de Bens S.A.	13.601.011	13.601.011
Elmo Lopes Fernandes de Assis	4.682.282	4.682.282
Edalmo Leite Fernandes de Assis	4.323.148	4.323.148
Evelyn Leite Fernandes de Assis	648.471	648.471
Luis Renato Guimarães Liveri	180.244	180.244
	242.875.200	242.875.200

Em 29 de dezembro de 2017, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação reversa de sua controladora, San Felice Participações S.A. Esta incorporação resultou nas seguintes movimentações societárias:

- (i) As 112.000.999 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Elfa Medicamentos S.A. foram extintas no momento de realização da incorporação, e foram substituídas pelo mesmo número de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, atribuídas aos acionistas da Companhia proporcionalmente à participação por elas detida no capital social da Companhia na data da incorporação; e
- (ii) Aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$194.619, representado por 127.478.142 novas ações ordinárias, sem valor nominal, integralizadas por meio da versão do patrimônio líquido da incorporada (San Felice Participações S.A.).

Ainda nesta mesma data, os acionistas aprovaram o aumento do capital social no valor de R\$ 5.396, mediante a emissão de 3.396.058 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a serem integralizadas pelos acionistas no prazo de 12 meses contados a data da subscrição. Estas ações foram 100% integralizadas em dezembro de 2018

Reservas de lucros

(i) Reserva legal

Conforme Estatuto Social, do lucro líquido do exercício serão destinados 5% para constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei 6.404/76, até que esta atinja 20% do capital social.

(ii) Retenção de lucros

Representa a parcela destinada do lucro, após constituição da reserva legal e destinação das reservas de incentivo fiscal e dividendo mínimo obrigatório que deverá ser deliberada de forma definitiva através de ato societário.

(iii) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia registrou como reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 44.752 (2017: R\$ 0), relativo às subvenções recebidas no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba no exercício de 2018. A classificação em conta de reserva de incentivo fiscal se deu em conformidade com o art. 195-A, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

(iv) Reserva de capital

A Companhia constituiu reserva de capital em decorrência da incorporação reversa de sua controlada conforme previsto no artigo 227 da Lei 6.404/76.

(v) Distribuição de lucros

A destinação dos lucros da Companhia, conforme o seu Estatuto Social, será:

- A parcela de 5% será deduzida para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social;
- Constituição da reserva para subvenção para investimentos, referente a exclusão dos incentivos fiscais da ICMS da base de apuração do imposto de renda e contribuição social
- A parcela correspondente a, no mínimo, 1% do lucro líquido ajustado será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório, não cumulativo; e
- O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores, terá a destinação pela Assembleia Geral de Acionistas.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	47.583	16.849
Constituição de reservas Legal - 5%	(2.379)	(1.104)
	45.204	15.745
Dividendos mínimos obrigatórios - 1%	(452)	(221)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	44.752	-

22 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta				
Venda de mercadorias - clientes privados	876.336	697.453	1.460.322	1.051.456
Venda de mercadorias - clientes públicos	<u>125.235</u>	<u>93.236</u>	<u>283.124</u>	<u>151.585</u>
Receita bruta total	<u>1.001.571</u>	<u>790.689</u>	<u>1.743.446</u>	<u>1.203.041</u>
Deduções da receita bruta				
Devolução de vendas - clientes privados	(19.850)	(15.429)	(32.667)	(25.034)
Devolução de vendas - clientes públicos	(4.256)	(2.095)	(11.920)	(2.398)
Impostos sobre vendas	(73.690)	(64.180)	(138.432)	(99.435)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(430)</u>
Total de deduções da receita	<u>(97.796)</u>	<u>(81.704)</u>	<u>(183.019)</u>	<u>(127.297)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>903.775</u></u>	<u><u>708.985</u></u>	<u><u>1.560.427</u></u>	<u><u>1.075.744</u></u>

23 Custos e despesas por função e natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Por função:				
Custo das mercadorias vendidas	(801.573)	(627.897)	(1.379.057)	(957.990)
Comerciais	(16.005)	(11.825)	(27.714)	(21.454)
Gerais e administrativas	(60.384)	(58.089)	(94.524)	(66.189)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(4.203)	1.608	(7.404)	(2.301)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>382</u>	<u>8.297</u>	<u>935</u>	<u>7.013</u>
	<u>(881.783)</u>	<u>(687.906)</u>	<u>(1.507.763)</u>	<u>(1.040.685)</u>
Por natureza:				
Custo de revenda de mercadorias	(801.573)	(627.897)	(1.379.057)	(957.990)
Salários e encargos sociais	(23.761)	(26.313)	(39.023)	(36.831)
Comissões sobre vendas	(3.588)	(3.309)	(4.703)	(5.143)
Fretes e carretos	(5.878)	(6.090)	(11.839)	(9.370)
Amortização e Depreciação	(3.073)	-	(9.890)	(1.271)
Aluguéis de imóveis	(1.194)	(1.124)	(3.138)	(1.669)
Serviços prestados - Pessoa jurídica	(10.730)	(17.207)	(12.215)	(18.219)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(4.075)	1.608	(7.869)	(2.301)
Outras despesas com vendas	(3.551)	(6.713)	(3.541)	(10.524)
Outras despesas, líquidas	<u>(24.360)</u>	<u>(861)</u>	<u>(36.488)</u>	<u>2.633</u>
	<u>(881.783)</u>	<u>(687.906)</u>	<u>(1.507.763)</u>	<u>(1.040.685)</u>

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Juros passivos	(334)	(24)	(506)	(416)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(21.011)	(9.000)	(19.793)	(9.824)
Tarifas e taxas bancárias e descontos concedidos	(970)	(2.727)	(1.625)	(3.833)
Outras despesas financeiras	(82)	(1.109)	-	(1.207)
	<u>(22.397)</u>	<u>(12.860)</u>	<u>(21.924)</u>	<u>(15.280)</u>
Receitas financeiras				
Juros ativos	2.047	1.996	3.292	2.495
Rendimento aplicação financeira	1.121	811	1.505	1.015
Outras receitas financeiras	10.340	122	7.455	825
	<u>11.508</u>	<u>2.929</u>	<u>12.252</u>	<u>4.335</u>
Resultado financeiro	<u>(10.889)</u>	<u>(9.931)</u>	<u>(9.672)</u>	<u>(10.945)</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Corrente:				
Imposto de renda pessoa jurídica	-	(3.729)	(3.352)	(5.079)
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	(1.429)	(1.314)	(6.436)
	<u>-</u>	<u>(5.158)</u>	<u>(4.666)</u>	<u>(11.515)</u>
Diferido:				
Imposto de renda pessoa jurídica	1.058	1.003	6.807	3.145
Contribuição social sobre o lucro líquido	381	353	2.450	1.105
	<u>1.439</u>	<u>1.356</u>	<u>9.257</u>	<u>4.250</u>
	<u>1.439</u>	<u>(3.802)</u>	<u>4.591</u>	<u>(7.265)</u>

Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro apresentados na demonstração do resultado apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro contábil antes de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	46.144	20.651	52.157	24.114
Alíquota combinada legal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(15.689)	(7.021)	(17.733)	(8.199)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o lucro fiscal:				
Adições e exclusões, líquidas	46.144	1.863	12.246	(3.316)
	<u>-</u>	<u>(5.158)</u>	<u>(5.487)</u>	<u>(11.515)</u>
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>48%</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceram créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias e saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

As diferenças temporárias base de cálculo para imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquidos, tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisões:				
Provisão para perdas nova valor recuperável	19.129	13.151	45.463	23.184
Provisão de perdas com estoque	998	552	1.820	1.291
Provisões diversas	8.441	12.161	22.836	9.487
Outras provisões	10.552	4.336	8.328	4.479
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	9.118	4.797
	<u>39.120</u>	<u>30.200</u>	<u>87.565</u>	<u>43.238</u>
Alíquota aplicável	34%	34%	34%	34%
	<u>13.301</u>	<u>10.268</u>	<u>29.772</u>	<u>14.701</u>
Tributos diferidos sobre regime de tributação para Vendas para órgãos públicos - (a)	-	-	-	(1.085)
	<u>13.301</u>	<u>10.268</u>	<u>29.772</u>	<u>14.812</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2017, a sua controlada Majela Medicamentos Ltda. reconheceu o montante de R\$1.085 como imposto de renda e contribuição social diferidos em decorrência da diferença temporária de tributação de suas receitas provenientes de órgãos públicos, que são devidos no momento do recebimento em caixa das mercadorias vendidas.

26 Instrumentos financeiros

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros do Grupo está descrito na Nota explicativa 7. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requerimentos.

a. Classificação contábil e valores justos

O Grupo não apresenta a tabela de comparabilidade do valor justo com o valor contábil visto que os valores contábeis aproximam-se dos valores justos por conta das características dos instrumentos financeiros.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Administração do Grupo tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado estão divulgadas na nota 10.

(iii) Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria a qual o cliente opera. Detalhes sobre a concentração de receita estão nas notas explicativas 22.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados anualmente.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 1 e 4 meses para clientes do setor público e privado, respectivamente.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, sua área geográfica, indústria, histórico de negociação com o Grupo, e existência de dificuldades financeiras no passado.

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. O Grupo não tem contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2018 nenhum cliente representando mais de 5% (cinco por cento) do saldo de nosso Contas a receber.

Informações comparativas nos termos do CPC 38

O contas a receber de clientes reduzido ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017 tinha um valor contábil bruto de R\$ 351.352 mil. O valor da perda por redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017 é relacionado a vários clientes que indicaram que não devem conseguir pagar seus saldos em aberto, principalmente devido às circunstâncias econômicas.

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2018

Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada segmento com base na condição de inadimplemento e na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2018.

31 de dezembro de 2018 <i>Em milhares de reais</i>	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Com problemas de recuperação
Clientes públicos	0,4%	367.500	1.593	Não
Clientes privados	0,4%	1.330.400	5.811	Não
Total	0,4%	1.697.900	7.404	

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 154.039 mil em 31 de dezembro de 2018 (2017: R\$ 86.623 mil). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas principais agências de rating.

O impairment estimado no caixa e equivalentes de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo busca manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de caixa’ e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto ‘Fornecedores’) para os próximos 60 dias. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à ‘Fornecedores e outras contas a pagar’.

(v) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2018

	Consolidado						
	Fluxos de caixa contratuais						
	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
<i>Em milhares de Reais</i>							
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários	137.542	137.542	84.379	53.163	-	-	-
Debêntures	101.056	101.056	-	15.356	85.700	-	-
	238.598	238.598	84.379	68.519	85.700	-	-

31 de dezembro de 2017

	Consolidado						
	Fluxos de caixa contratuais						
	Valor Contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
<i>Em milhares de Reais</i>							
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários	61.723	61.723	34.250	27.473	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	358.459	358.459	227.000	131.459	-	-	-
	420.182	420.182	261.250	158.932	-	-	-

Conforme divulgado nas notas explicativas 18, o Grupo emitiu debêntures que contém uma cláusula contratual restritiva (*covenant*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que o Grupo pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima.

Esse covenant torna-se exequível caso o Grupo exceda o índice de 3,25 entre a divisão entre a dívida líquida e o EBITDA. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os pagamentos de juros sobre empréstimos a uma taxa de juros pós-fixada e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Exceto por esses passivos financeiros, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes.

(vi) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

O Grupo não está exposto materialmente ao risco cambial visto que mantém poucas operações em moeda estrangeira. Desta forma optou por não apresentar o quadro de análise de sensibilidade da taxa de câmbio.

Risco de taxa de juros

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	Consolidado	
	Valor nominal	
<i>Efeito em milhares de Reais</i>	2018	2017
Instrumentos com taxa de juros pré-fixada		
Ativos financeiros	-	122
Passivos financeiros	-	-
Exposição líquida	-	122
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada		
Passivos financeiros	238.598	61.723
Exposição líquida	238.598	61.723

Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de *hedge* usando o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado do Grupo.

27 Cobertura de seguros

O Grupo mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas instalações e os bens relacionados (ex: estoque de mercadorias), em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As coberturas dos contratos de seguro, vigentes até dezembro de 2018 estão demonstradas abaixo:

Finalidade do seguro	Importância segurada
Incêndio, queda de raio e explosão de bens do imobilizado (prédios/conteúdos)	91.570.000
Danos elétricos (prédios/conteúdos)	40.000
Roubo/furto qualificado (prédios/conteúdos)	350.000
Perda de aluguel	60.000
Despesas fixas	120.000

28 Eventos subsequentes

Em 16 de janeiro de 2019 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE aprovou a compra do Grupo CDM (Central Distribuidora de Medicamentos Ltda (“CDM Pernambuco”), Central Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“CDM Ceara”), Central Distribuidora de Medicamentos Ltda. ME (“CDM Norte”) e Prime Distribuidora de Medicamentos Ltda.) pela Elfa Medicamentos S.A.

O Grupo CDM concentra suas atividades no armazenamento, estocagem e distribuição de medicamentos para todo o Brasil e realiza, também, o comércio por atacado de materiais médico-hospitalares. A empresa possui unidades de atendimento nos estados de São Paulo (SP), Pernambuco (PE), Bahia (BA), Ceará (CE) e Pará (PA). A aquisição está sujeita à condições precedentes usuais a este tipo de operação.

O valor de aquisição é de R\$ 121.762 e os trâmites de avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos estão em andamento.